



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n.º 27.326

da 16/10/92, à pg. 13

do 2.º caderno

RESOLUÇÃO Nº 3.025

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1992,

CONSIDERANDO O REAJUSTE DE VENCIMENTOS CONCEDIDOS AOS
SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, POR FORÇA DA RESOLUÇÃO Nº 086/92 ,
DO CONSELHO DE POLÍTICA DE CARGOS E SALÁRIOS, HOMOLOGADA PELO DE -
CRETO ESTADUAL Nº 1.047/92,

CONSIDERANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 3.017, DO PLE -
NÁRIO DESTE TRIBUNAL, QUE AUTORIZOU A PRESIDÊNCIA A FORMALIZAR O
REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL,

CONSIDERANDO A PROPOSTA APRESENTADA PELA PRESIDÊNCIA ,
NESTA DATA, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA ATA
DA SESSÃO,

RESOLVE:

ART. 1º - REAJUSTAR OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS FUN -
CIONÁRIOS EFETIVOS, COMISSIONADOS E INATIVOS DESTE TRIBUNAL DE CON -
TAS DE ACORDO COM AS TABELAS PRÓPRIAS;

ART. 2º - FICAM TAMBÉM REAJUSTADAS AS FUNÇÕES GRATIFI -
CADAS NOS MESMOS ÍNDICES DO REAJUSTE GOVERNAMENTAL;

ART. 3º - OS EFEITOS FINANCEIROS DESTA RESOLUÇÃO RE -
TROAGIRÃO A DATA DE 1º DE SETEMBRO DE 1992;

Vicente Queiroz
Conselheiro

-CONT-




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

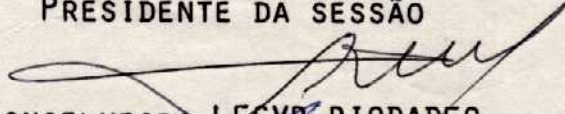
RESOLUÇÃO Nº 3.025

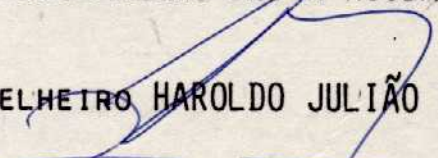
ART. 4º - A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS ADOTARÁ AS MEDIDAS COMPLEMENTARES INDISPENSÁVEIS À EXECUÇÃO DESTA RESOLUÇÃO;

ART. 5º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DE 1º DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO, REVOGANDO-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 29 DE SETEMBRO DE 1992.



CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES
PRESIDENTE DA SESSÃO


CONSELHEIRO LECYR RIODADES


CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA


CONSELHEIRO PAULO DOURADO


CONSELHEIRO IRAWALDYR ROCHA


CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ